

Acordo da dívida do DF: *economia* uma grande ficção

Pedro Celso *

O GDF anunciou recentemente a pactuação de um acordo de sua dívida junto ao Governo Federal. Segundo autoridades da área econômica local, a renegociação de R\$ 648 milhões, do total da dívida do DF, foi um "bom negócio". Com o acordo, segundo essas autoridades, o DF teria uma "enorme economia de recursos", reduzindo os gastos com encargos e amortizações de R\$ 133,3 milhões por ano para apenas R\$ 30 milhões por ano. Para renegociar a dívida e alcançar essa suposta "economia", o GDF elaborou e acordou com a União um amplo "Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal".

Ao ler os termos do acordo e as metas do "Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal", percebemos claramente que se trata de um dos maiores engodos já vendidos para a sociedade de Brasília. No programa acordado, o GDF anuncia que Brasília tinha uma dívida de R\$ 988 milhões, calculada a preços de dezembro de 1998.

Desse total deve ser subtraído o contrato de uma dívida da construção do metrô, de valor aproximado de R\$ 229 milhões, e também os contratos de financiamentos junto ao BID (dívida externa), da or-



dem de R\$ 107,5 milhões. Essas duas dívidas ficaram fora do atual acordo, sobrando para a renegociação por volta de R\$ 651,5 milhões.

Dessa sobra, o GDF renegociou com a União R\$ 648 milhões. Após alguns abatimentos previstos em lei, o Governo Federal legou à cidade uma dívida de R\$ 642 milhões, distribuída em duas carteiras. A primeira, de valor de R\$ 518 milhões, financiada em 360 meses a juros de 6% ao ano e correção monetária pelo IGP-DI/FGV. A segunda, de R\$ 128,4 milhões, parcelada em 36 meses e corrigida pela taxa Selic, atualmente fixada em torno de 19% ao ano. As primeiras parcelas das duas carteiras do refinanciamento começaram a vencer no último

dia 15 de agosto.

Calculando-se a preços de hoje o valor das parcelas das duas carteiras, chegaremos à conclusão de que o GDF terá de desembolsar por volta de R\$ 7,6 milhões por mês para pagar a dívida renegociada, sem considerar a correção monetária. Isto significa que os desembolsos anuais serão de R\$ 92,1 milhões. Sabendo que o GDF ainda tem que honrar os outros empréstimos junto ao BID e ao BNDES, a alegada "economia" de R\$ 103,3 milhões por ano cai por terra e revela-se uma ficção.

Um outro fato que chama atenção é o nível de compro-

As medidas previstas no programa patrocinado pelo GDF são fielmente sintonizadas com o receituário neoliberal

metimento da receita líquida real (RLR) com o pagamento da dívida. Antes do acordo estabelecido,

essa relação dívida/RLR era de 0,25%, um dos menores índices de todas as Unidades da Federação. As projeções para os anos de 1999 a 2001, segundo o acordo firmado, apontam uma redução de apenas zero vírgula dois pontos percentuais, ou seja, 0,22% de comprometimento da RLR.

Cabe perguntar: o GDF assinou um acordo comprometendo-se a não realizar concursos públicos, reduzir despe-

sas com pessoal, privatizar empresas estatais e aumentar a receitas oriundas de impostos apenas para reduzir a relação dívida/RLR? Acredito que não! A assinatura desse acordo significou um rendição clara do governo local às políticas de ajuste fiscal e de desmonte da administração pública patrocinada pelo Ministério da Fazenda.

As medidas previstas no "Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal" patrocinado pelo GDF são fielmente sintonizadas com o receituário neoliberal. Redução dos gastos com pessoal para 60% da receita total; concessão ao setor privado da operação do metrô; extinção ou venda da Ceasa; suspensão da realização de concursos públicos e transferência da elaboração da folha de pagamento dos servidores locais para a União. Elas representam um verdadeiro calote nos compromissos firmados pelo então candidato Joaquim Roriz na campanha eleitoral de valorização dos servidores públicos.

O acordo de renegociação da dívida é medíocre e revela que o Ministério da Fazenda encontrou um parceiro obediente e obstinado para a aplicação de suas políticas no Distrito Federal.

* Deputado Federal do PT e ex-secretário de Trabalho do DF